



Primeira ronda negocial com os sindicatos para LOE/2020

Realizou-se hoje no Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública a reunião com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores públicos, iniciando-se a negociação coletiva sobre a Proposta de Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2020.

O Governo assumiu que este orçamento reflete de forma clara o compromisso de dar passos firmes no sentido da modernização do Estado e da Administração Pública assente em três eixos: **peçoas, gestão e tecnologia**.

Em 2020 será retomado o normal desenvolvimento das carreiras no que se refere a alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, passando o pagamento dos acréscimos remuneratórios a que o trabalhador tenha direito a ser feito na sua totalidade.

O Governo entregou às estruturas sindicais a proposta de articulado da LOE relativa à parte da Administração Pública, na qual se prevê a apresentação e negociação com os sindicatos no primeiro trimestre de 2020 de um programa plurianual, alinhado com os **objetivos** de valorização e rejuvenescimento dos trabalhadores da Administração Pública, simplificação de procedimentos, desenvolvimento de instrumentos de gestão e capacitação das organizações e das pessoas, num quadro de eficiência, racionalidade e sustentabilidade a longo prazo.

Para contribuir para o **rejuvenescimento dos mapas de pessoal e do efetivo global da Administração Pública**, o Governo irá prosseguir o recrutamento centralizado de 1000 trabalhadores qualificados com formação superior e aprovará um programa plurianual das entradas e saídas de trabalhadores. Serão ainda promovidos programas especiais de mobilidade transversal potenciando o conhecimento e a experiência adquiridos para o exercício de funções mais ajustadas ao perfil individual de cada trabalhador.

No domínio da **valorização das carreiras e dos trabalhadores**, o Governo dará especial atenção à qualificação dos trabalhadores, à promoção da saúde e segurança no trabalho, à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e à adoção de estratégias de incentivo à produtividade. Outras medidas nesta área passam pela efetivação da pré-reforma, pela simplificação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, pelo reforço dos centros de competências, das áreas estratégicas de conceção e de planeamento de políticas públicas e a inovação e pela modernização e transformação digital da administração.

O Governo considera que as reuniões de hoje foram construtivas e proveitosas e manteve-se disponível para aprofundar as negociações com os sindicatos dos trabalhadores públicos numa altura em que o orçamento está em fase adiantada de elaboração.

As negociações continuarão no dia 11 e, se houver pedido de negociação suplementar, a mesma realizar-se-á no dia 13 de dezembro, para que, na medida do possível, as propostas das estruturas sindicais possam ser consideradas na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2019 a ser entregue na Assembleia da República no dia 16.